



Entidades querem metrô. CMS quer discutir

Entidades defendem implantação dos trilhos na Avenida Paralela. Vereadores divulgam "Carta a Salvador" e pedem debate sobre novo modal

LÍLIAN MACHADO
REPÓRTER

A defesa em prol da implantação do metrô como corredor estruturante entre Lauro de Freitas e a Rótula do Abacaxi para a Copa de 2014, na capital baiana, ganhou mais uma forte defesa ontem. O modal definido pelo governo e prefeitura, no processo de PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse da Mobilidade Urbana de Salvador e Lauro de Freitas), recebeu o apoio de seis entidades baianas, entre elas, o Conselho Regional de Engenharia (Crea-BA), Escola Politécnica da Ufba e o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Bahia (IAB-BA). A

questão ainda tem gerado discussões e controvérsias, já que o Sindicato dos Empregados de Transporte Público (Setps) ainda tenta reverter a determinação ao apresentar como proposta o financiamento de R\$600 milhões para o BRT. Já a Câmara de Salvador defendeu ontem que haja maior discussão sobre o assunto.

Em nota divulgada à imprensa ontem, as entidades ressaltam que "a solução através de veículo sobre trilhos é a mais adequada sob o ponto de vista técnico, econômico e ambiental". Segundo elas, "em

longo prazo, os trilhos trazem melhor resultado para o sistema de mobilidade urbana", dando maior poder de acessibilidade à terceira maior capital do país. Conforme ratificam, por não usar pneus e

combustíveis fósseis, o tipo de transporte apresenta tendência de menor impacto ambiental. Os representantes das entidades justificam ainda na nota pública que o modal escolhido dá sentido à Linha 1 do metrô, que ainda está inconclusa.

A necessidade de discussão do assunto voltou a ser defendida ontem pelos vereadores da Câmara Municipal de Salvador. Mais de dois terços do parlamento assinou ontem uma carta direcionada "ao povo de Salvador" que reitera o posicionamento da Casa. No documento, 31 parlamentares dizem que "o posicionamento da Casa é, unicamente, o de se opor a qualquer forma de alijamento do Legislativo Municipal das discussões sobre um tema de tamanha relevância para a vida dos soteropolitanos". Os vereadores justificam que a população precisa "conhecer os estudos que foram e estão sendo realizados, o projeto e a capacidade de implantação do modelo de transporte, já que o projeto será custeado pelo poder público". De acordo

com o presidente da Câmara, vereador Pedro Godinho (PMDB), é necessário que todos saibam qual será a real contribuição do modal escolhido para a melhoria de vida da população. Eles também descartaram qualquer "parcialidade" da Câmara diante do assunto. "Não podemos ficar calados sob pena de, no futuro, sermos cobrados pela omissão do presente", informa a carta.